

HABEAS CORPUS Nº 493.031 - MG (2019/0040149-1)

RELATOR : MINISTRO JORGE MUSSI
IMPETRANTE : PAULO WANDERSON DE SOUZA E OUTROS
ADVOGADOS : PAULO WANDERSON DE SOUZA - MG116205
ROMEUBATISTA DE OLIVEIRA - MG112386
MARESSA BATISTA DE OLIVEIRA COIMBRA - MG153050
IMPETRADO : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MINAS GERAIS
PACIENTE : AMARILDO IZABEL DE SOUZA (PRESO)

DECISÃO

Trata-se de *habeas corpus*, com pedido de liminar, impetrado em favor de AMARILDO IZABEL DE SOUZA, apontando como autoridade coatora o TRIBUNAL DE JUSTIÇA O ESTADO DE MINAS GERAIS - HC n. 1.0000.18.139793-6/000.

Consta dos autos que o paciente foi preso em flagrante no dia 21-11-2018 por supostamente ter praticado o delito previsto no art. 33, *caput*, da Lei n. 11.343/2006.

Nesta via, os impetrantes alegam a ausência de fundamentação idônea para justificar o decreto da segregação cautelar, reputando ausentes os requisitos autorizadores da preventiva, previstos no art. 312 do Código de Processo Penal.

Realçam as condições pessoais favoráveis do paciente, que seria primário, de bons antecedentes, com ocupação lícita e residência fixa, predcados que lhe garantiriam o direito de responder à ação penal em liberdade.

Sustentam que, caso condenado, fará jus à aplicação da causa de diminuição de pena prevista no § 4º do art. 33 da Lei de drogas, razão pela qual a prisão preventiva do acusado seria mais severa que os efeitos de sua eventual condenação.

Requerem, liminarmente e no mérito, a concessão da ordem para que seja revogada a prisão preventiva do paciente, fixando, caso entenda necessário, medidas cautelares menos gravosas (art. 319 do CPP), expedindo-se alvará de soltura em seu favor.

É o relatório.

Este Superior Tribunal de Justiça firmou entendimento no sentido de não mais admitir o emprego do *habeas corpus* para contestar decisão contra a qual exista previsão de recurso específico no ordenamento jurídico, **exatamente como ocorre no caso em exame** (HC 342.821/RO, Rel. Ministro FELIX FISCHER, QUINTA TURMA, julgado em 15/03/2016; RHC 52.841/SC, Rel. Ministro RIBEIRO DANTAS, QUINTA TURMA, julgado em 17/03/2016; HC 336.606/RS, Rel. Ministro SEBASTIÃO REIS JÚNIOR, SEXTA TURMA, julgado em 17/03/2016, HC 340.235/SP, Rel. Ministra MARIA THEREZA DE ASSIS MOURA, SEXTA TURMA, julgado em 17/03/2016).

Da análise dos autos, ao menos num juízo perfunctório, não se vislumbra manifesta ilegalidade no acórdão impugnado a ensejar o deferimento da medida de urgência.

Com efeito, a Corte de origem consignou (e-STJ fl. 120):

[...]

Registre-se que o acusado foi preso em flagrante pela suposta prática do delito previsto no artigo 33, caput, da Lei nº 11.343/06.

Nesse ínterim, tenho que, no caso em apreço, sem adentrar no mérito, existe prova da materialidade delitiva e indícios suficientes de autoria e, ainda, que o delito imputado ao acusado é doloso e punido com reclusão.

*Infere-se da documentação acostada ao presente feito que teria sido apreendido **500g (quinhentos gramas) de substância semelhante a maconha**, dividida em 03 (três) porções.*

Com efeito, a grande quantidade de droga apreendida, bem como as circunstâncias da prisão são elementos norteadores para a aferição da necessidade da prisão cautelar para manutenção da ordem pública.

Ademais, a decisão que converteu a prisão em flagrante em preventiva está satisfatoriamente fundamentada, nela não se vislumbrando qualquer vício capaz de ensejar a sua desconstituição, confira-se:

Acrescentou que "apesar do caráter excepcional da custódia cautelar, reforçado pela Lei nº 12.403/11, não devem ser aplicadas quaisquer das medidas cautelares previstas no artigo 319 do Código de Processo Penal, tendo em vista que nenhuma delas se revela necessária e adequada ao presente caso" (e-STJ fls. 125-126).

Da leitura de tais argumentos não exsurtem, portanto, os necessários traços de ilegalidade manifesta na decisão objurgada para o deferimento da cautela requerida, já que, em sede de cognição sumária, não se verifica qualquer violação aos dispositivos legais apontados, sem prejuízo de uma análise pormenorizada da questão no momento oportuno.

É cediço que o deferimento do pleito liminar em sede de *habeas corpus* e em recurso ordinário em *habeas corpus*, em razão a sua excepcionalidade, enseja a demonstração e comprovação, de plano, do alegado constrangimento ilegal, o que não ocorre *in casu*.

Diante do exposto, **indefere-se a liminar**.

Necessário sejam solicitadas informações ao Tribunal impetrado e ao Juízo singular, que deverá enviar elementos necessários ao deslinde da questão, noticiando ainda acerca da respectiva situação prisional, bem como a senha para acesso ao processo em 1º grau.

Com as informações, abra-se vista ao Ministério Público Federal para manifestação.

Publique-se.

Brasília (DF), 14 de fevereiro de 2019.

Ministro Jorge Mussi
Relator